



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

DAMARES LUCENA BRANDÃO

**ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Salvador

2023

DAMARES LUCENA BRANDÃO

**ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, apresentado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sheila de Quadros Uzêda.

Salvador

2023

BRANDÃO, Damares Lucena. **Estratégias didático-pedagógicas de Professores do Ensino Fundamental na Inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas por professores do ensino fundamental para contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e do tipo bibliográfica. Utilizou-se a plataforma digital Google Acadêmico para a busca de artigos e dissertações com os descritores práticas pedagógicas inclusivas, deficiência intelectual e ensino fundamental. Para delimitar a busca, utilizaram-se como critérios de inclusão o período de publicação, compreendido entre os anos de 2018 a 2023 e também o de publicações apenas na língua portuguesa. Ao final, foram selecionados quatorze trabalhos. Como resultados observou-se que apesar de desafios como a falta de formação continuada e falta de recursos necessários, os professores desenvolvem atividades lúdicas, colaborativas, em grupo e adaptações curriculares, obtendo êxito nos seus resultados.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas; Inclusão; Deficiência Intelectual; Ensino Fundamental.

BRANDÃO, Damares Lucena. **Didactic-Pedagogical Strategies of Elementary School Teachers in the Inclusion of Students with Intellectual Disabilities.** Undergraduate Thesis (Bachelor of Education), Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the didactic-pedagogical strategies developed by elementary school teachers to contribute to the inclusion of students with intellectual disabilities. It was a qualitative, exploratory research of the bibliographic type. The Google Scholar digital platform was used to search for articles and dissertations with the descriptors inclusive pedagogical practices, intellectual disability, and elementary education. To delimit the search, inclusion criteria were used, including the publication period from 2018 to 2023 and publications only in the Portuguese language. In the end, fourteen studies were selected. The results showed that despite challenges such as the lack of continuous training and necessary resources, teachers develop ludic, collaborative, group activities, and curriculum adaptations, achieving success in their outcomes.

Keywords: Pedagogical Practices; Inclusion; Intellectual Disability; Elementary Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
AEE	Atendimento Educacional Especializado
DI	Deficiência Intelectual
FACED	Faculdade de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCD	Pessoa com Deficiência
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SCIELO	Cientific Eletronic Library Online
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

À Deus pela grande oportunidade de voltar a estudar e realizar um sonho adormecido por muitos anos. Por me dá força e coragem para não desistir nos momentos mais difíceis em que passei ao longo desses anos de graduação.

À minha família por ter acreditado em mim e ter me apoiado mesmo quando não entendiam todo esforço que fazia para estudar á noite depois de um longo dia de trabalho, por torcer pelo meu sucesso e vibrar com as minhas conquistas a cada semestre.

Aos amigos pelo grande incentivo e compreensão nas minhas ausências.

Aos colegas de faculdade pelo apoio e ajuda mútua, tornando mais leve a missão a cada semestre.

Aos professores pela grande contribuição em me tornar a educadora que sou.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	11
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	15
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO ESCOLAR.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de pesquisa as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas por professores e direcionadas a estudantes com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. Por se tratar de um assunto no qual ainda se tem muitas lacunas no cotidiano escolar, despertou-me o interesse de investigar como o professor do Ensino Fundamental contribui através das práticas pedagógicas para a inclusão do aluno com deficiência intelectual na classe regular.

Esta pesquisa ancora-se na Teoria Histórico-Cultural de Lev Semenovich Vygotsky que em seus estudos buscou “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formam ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida do indivíduo” (VYGOTSKY, 1996, p.25). Vygotsky (1996) destacou a grande importância da interação social que cada indivíduo desenvolve no seu ambiente de convivência, que vai refletir significativamente em suas experiências pessoais e nas suas aprendizagens. Enfatiza também o caráter social no processo de aprendizagem onde as vivências e experiências culturais vão influenciar o percurso dessa construção.

Na educação a teoria de Vygotsky tem relação com as aprendizagens desenvolvidas através das trocas entre os alunos na sala de aula, pois eles aprendem uns com os outros, e também com as trocas de experiências entre alunos e professores e toda comunidade escolar nos diferentes ambientes de aprendizagens. Essas práticas têm muito a ver com a inclusão de estudantes com DI, pois essa interação social contribui de forma positiva para o desenvolvimento desses estudantes.

Atualmente é mais comum ver crianças e adolescentes com deficiência intelectual frequentando a escola, seja na rede pública ou na rede privada. São várias as leis que asseguram a matrícula de alunos com deficiência, porém as leis que tratam desse tema são relativamente recentes, como a Constituição Federal (1988), Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Resolução CNE nº 2/2001, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008), Lei nº 13.146 /2015 - Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outras leis e decretos específicos. O artigo 27, da Lei nº 13.146 /2015 diz o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015)

Mas será que realmente existe inclusão nesses espaços? Ou esses alunos ficam excluídos, isolados, sem participação ativa nas atividades oferecidas pela instituição de ensino? Será que esses alunos têm o suporte adequado para as suas necessidades específicas? Ou será que estão sendo invisibilizados nesses espaços?

Dessas inquietações surge o questionamento central deste trabalho: Quais práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas pelos professores do Ensino Fundamental na inclusão do estudante com deficiência intelectual para que este tenha êxito no processo de aprendizagem?

A justificativa do tema desta pesquisa foi baseada nas inquietações que surgiram ao longo do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – FAGED, da Universidade Federal da Bahia - UFBA, principalmente quando cursei os componentes curriculares com essa temática, Educação de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais e Educação do Deficiente Mental, um de natureza obrigatória e o outro de natureza optativa, respectivamente. A partir daquele semestre, decidi por fazer o meu TCC na área da Educação Especial e Inclusiva. Também vivenciei situações em um colégio estadual situado no bairro da Vila Laura em Salvador - Bahia, no período do estágio supervisionado, onde pude constatar a carência de conhecimento teórico e prático na área de educação inclusiva.

Do ponto de vista pessoal, existiu uma afinidade com a área da Educação Inclusiva, pois ao tomar ciência das dificuldades enfrentadas tanto pelos professores, quanto pelos alunos em relação à necessidade de adaptações no espaço físico ou em atividades em sala de aula, em algum material específico para auxiliar o processo de ensino aprendizagem, a necessidade de um profissional especializado para trabalhar com estudantes com deficiência intelectual ou mesmo a falta de acesso ao

Atendimento Educacional Especializada (AEE), entre outras dificuldades. Todas essas questões despertaram-me o interesse de pesquisar sobre quais as práticas pedagógicas os professores podem desenvolver para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual.

Do ponto de vista social, emerge a necessidade de contribuir positivamente para a coletividade, ampliando o conhecimento e buscando minimizar os problemas existentes nas escolas e em toda comunidade escolar na área da educação inclusiva, e no caso deste estudo, voltada especificamente, para estudantes com deficiência intelectual.

Do ponto de vista acadêmico, pode-se afirmar que ainda é um tema atual, pois a ideia de inclusão é recente e há pouco tempo não se falava de diversidade nas escolas. Logo ainda é uma necessidade pesquisar sobre o assunto, pois a escola é para todos, sem nenhum tipo de distinção. Esta pesquisa vem com a ideia de contribuir na ampliação do conhecimento sobre práticas pedagógicas para a inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual e trazer novas possibilidades.

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral analisar as estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental para contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência Intelectual. E a partir desse ponto, surgem os seguintes objetivos específicos: Verificar os principais desafios enfrentados pelo professor no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual no ensino comum; Identificar quais as práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual; Investigar quais os suportes necessários para garantir acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual no ensino comum.

Nesta pesquisa, foram utilizados alguns conceitos os quais ajudarão a compreender melhor o universo da educação na perspectiva inclusiva, onde existem capítulos exclusivos para melhor esclarecimento do conteúdo. Falaremos de Educação Especial/Inclusiva, Deficiência Intelectual, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar, a fim de contextualizar os objetivos dessa pesquisa, e a técnica de tratamento dos dados coletados será a Análise dos Conteúdos.

Esse trabalho está dividido em seis partes, a saber: Introdução, Educação Especial e Deficiência Intelectual, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências.

O capítulo 2, intitulado Educação Especial e Deficiência Intelectual, conceitua estes termos, aborda as leis que subsidiam a área e apresenta autores que discutem estas temáticas.

O capítulo 3, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar, aborda o conceito de práticas pedagógicas de forma mais ampla e também dentro da perspectiva inclusiva, trazendo referências teóricas que dialogam com a temática num âmbito mais geral da educação e também os autores que discutem prática pedagógica na perspectiva inclusiva.

O quarto capítulo, intitulado, Resultados e Discussão, destaca os principais achados da pesquisa bibliográfica e apresenta o Quadro 1, com a síntese dos trabalhos coletados. Após o quadro, encontram-se as análises realizadas de forma individualizada de cada artigo, TCC e dissertação, trazendo os pontos mais relevantes de cada trabalho e articulando com as referências teóricas utilizadas neste estudo.

O capítulo 5, Considerações Finais, traz os resultados obtidos com este trabalho de conclusão de curso, fazendo um fechamento e explanando se os objetivos da pesquisa foram alcançados. Por fim, temos a seção de Referências, onde encontram-se as obras e documentos consultados e utilizados nesta investigação.

1 .1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta Pesquisa está classificada, quanto à forma de abordagem, como uma pesquisa qualitativa, Silva e Menezes (2001, p.20) apresentam as características desse tipo de estudo:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a

fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20).

Quanto a Natureza é uma Pesquisa Básica, visto que objetiva gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. (GIL, 1994)

Quanto aos Objetivos é uma Pesquisa Exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Para Gil (2008, p. 27) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Quanto aos Procedimentos ela é uma Pesquisa Bibliográfica, pois é elaborada a partir de material já publicado e também por envolver a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. E quanto à técnica para tratamento dos dados, foi utilizada a análise dos conteúdos. É o que Gil (2008, p. 50) afirma em:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50)

A partir da classificação desta pesquisa, fundamentada pelos autores acima mencionados, deu-se continuidade aos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho. Por ser uma pesquisa bibliográfica, após definir dentro do tema trabalhado, os termos mais importantes que ajudariam na busca por pesquisas em plataformas digitais, foram delimitados três descritores: práticas pedagógicas inclusivas; deficiência intelectual; ensino fundamental. A princípio, foram feitas buscas por artigos em duas plataformas digitais, Scielo e Google Acadêmico, usando estes três descritores juntos. Ao utilizar a plataforma Scielo, não obtive o resultado que esperava, pois não apareceram artigos contendo os três descritores juntos.

Continuando a busca, tentei com apenas dois descritores, e ainda assim, apareceram apenas três artigos, que não foram aqui selecionados, por não articularem as três temáticas concomitantemente. Por esse motivo, decidi mudar a plataforma digital e tentar no Google Acadêmico.

Foi feito o mesmo procedimento realizado na plataforma anterior, utilizando-se os três descritores na busca, como resultado, apareceram dezessete mil artigos. Para refinar a busca, foi necessário colocar filtros na pesquisa desses artigos. Um dos filtros utilizados foi a delimitação do período de publicação dos artigos, que foi estabelecido entre o ano de 2018 a 2023 e assim tornar viável a realização da pesquisa bibliográfica. O outro filtro selecionado foi considerar apenas trabalhos publicados na língua portuguesa. Após os filtros, apareceram dois mil, duzentos e quarenta artigos.

Como o número de obras continuava bastante expressivo, optei por ler os títulos das primeiras trinta páginas, que eram compostas aproximadamente por dez trabalhos cada. Em média foram lidos aproximadamente trezentos títulos de trabalhos encontrados, entre os trabalhos estavam artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Outro filtro utilizado nessa seleção, foi considerar apenas os trabalhos que eram da área da educação. À medida que eu lia os títulos, ia separando os que guardavam de fato relação com o tema do meu trabalho. No total foram separados trinta e oito trabalhos, e o próximo passo foi a leitura dos resumos e com isso definir qual seria o meu campo de pesquisa.

Iniciada a leitura dos resumos, percebi que nem sempre as palavras-chave são suficientes para selecionar um trabalho, e que é realmente essencial ler o resumo nesta etapa de refinamento, pois no resumo se compreende o que está contemplado no trabalho. Com essa leitura, foram selecionados quinze trabalhos: quatro dissertações, um TCC e dez artigos. O próximo passo foi iniciar a leitura dos quinze trabalhos na íntegra. À medida que fui lendo, já comecei a confeccionar o Quadro 1 Pesquisa Bibliográfica, disponível no capítulo 4 deste trabalho, contendo informações importantes, de forma resumida, de todos os trabalhos encontrados e selecionados, a fim de facilitar a identificação dos dados.

No decorrer das leituras, percebi que existiam dois artigos com os títulos parecidos, mas com o mesmo autor e conteúdo, porém publicados em revistas científicas

diferentes em anos diferentes, optei por manter apenas uma versão, excluindo a outra da minha seleção. No total ficaram quatorze (14) trabalhos selecionados.

Com esses quatorze trabalhos, foi concluído o Quadro 1, e nele constam as seguintes informações: ano de publicação; título do trabalho; tipo de trabalho; autor; metodologia; e objetivos. Juntamente com as informações obtidas com as leituras, foi feita a análise dos conteúdos, focando nos resultados e nas práticas pedagógicas que é o objeto dessa pesquisa.

Para a fundamentação teórica recorreu-se a autores que trabalham com as temáticas abordadas neste trabalho. Entre esses autores estão: Carvalho (2007), Mantoan (2008), Mendes (2006), Milanez (2008), Moreira (2006), Nóvoa (2006), Pimentel (2022), Sasaki (2002), Vygotsky (1996) entre outros autores. Foram também consultados leis, decretos e demais documentos regulatórios.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A Educação Especial é uma modalidade da educação que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de um público alvo definido em lei. A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu artigo 58, traz a seguinte definição:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

A Educação Especial no Brasil está regida pelo modelo inclusivo de aprendizagem. A legislação brasileira reconhece a importância da inclusão e da igualdade de oportunidades educacionais, assegurando o direito à educação a todos os cidadãos, independentemente de suas necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelecem que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, visando à plena participação e aprendizagem dos alunos público alvo desta modalidade de ensino. A PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, reafirma esse compromisso com a inclusão e estabelece diretrizes para a organização da Educação Especial no país, esse mesmo documento explana em suas diretrizes o que é a Educação Especial.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008)

Além desses documentos legais, em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que reforça o direito à educação inclusiva e a necessidade de adoção de medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos público alvo da Educação Especial nas escolas regulares.

No sistema educacional brasileiro, a Educação Especial é oferecida por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consiste em um conjunto de serviços, recursos pedagógicos e estratégias desenvolvidas para apoiar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público alvo dessa modalidade. O AEE pode ser realizado tanto nas salas de recursos multifuncionais, presentes em algumas escolas, quanto por meio do atendimento itinerante, no qual profissionais especializados deslocam-se até a escola regular para prestar o atendimento ou em centros especializados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fala que o aluno com deficiência deverá frequentar a sala de aula regular e ter o apoio para sua aprendizagem no AEE, que deverá ser no turno oposto às aulas regulares. A citação a seguir fala sobre as atividades desenvolvidas no AEE:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10)

Nesse contexto, dentro do público alvo da Educação Especial estão inseridas as pessoas com Deficiência Intelectual (DI) que é o público alvo das práticas pedagógicas inclusivas discutidas nesta pesquisa.

Há pouco tempo, a Deficiência Intelectual era chamada de “deficiência mental”, e ao longo dos anos essa denominação já foi mudada várias vezes. A denominação, Deficiência Intelectual, ficou conhecida no ano de 2004, através de um documento aprovado pela Declaração de Montreal, que dizia:

A Deficiência Intelectual, assim como outras características humanas, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A Deficiência Intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos. (MONTREAL, 2004)

Ainda nos dias atuais existem documentos, livros, filmes que usam denominações antigas para se referir a DI, mas atualmente usa-se o termo Deficiência Intelectual.

A definição de DI mundialmente conhecida é a da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), que no ano de 2021 lançou a 12ª edição do manual “Deficiência Intelectual: Definição, Diagnóstico, Classificação e Sistemas de Apoios”, atualizando a definição de Deficiência Intelectual, onde houve mudança na condição originária, que passou dos 18 anos para os 22 anos de idade. A nova Edição ainda não foi traduzida para a língua portuguesa, mas no site da Associação é possível ter acesso a definição atualizada. A definição atual diz:

A Deficiência Intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos de idade. (Tradução nossa) (AAIDD, 2021)

A AAIDD ainda ressalta que outros fatores podem influenciar este diagnóstico, tais como: o ambiente onde este indivíduo vive, a cultura que ele está inserido, a diversidade linguística e a forma que as pessoas a sua volta se comunicam e se comportam. A pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldades de desenvolver algumas de suas atividades cotidianas, essas limitações podem estar ligadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

É justamente o que Vygotsky, (1996) defende na teoria histórico-cultural, as vivências, o meio que esse indivíduo está inserido, sua cultura, suas experiências, todos esses fatores vão influenciar no comportamento e desenvolvimento das aprendizagens de cada indivíduo. No ambiente escolar, por exemplo, a mesma prática pedagógica pode surtir efeitos diferentes em uma mesma classe, pois as pessoas não aprendem de forma igual.

As pessoas com Deficiência Intelectual (DI) podem apresentar dificuldades na compreensão de informações, no raciocínio lógico, na resolução de problemas e na aprendizagem de novos conhecimentos. Elas podem necessitar de suporte e adaptações para atingir seu máximo potencial e participar plenamente da sociedade. Trazendo essa realidade para o ambiente escolar, esse público tem direito ao

Atendimento Educacional Especializado (AEE), que vai dar o suporte necessário para que o estudante se desenvolva no seu processo de aprendizagem.

Sassaki, (2002) fala sobre oportunizar a todas as pessoas com ou sem deficiência a usufruir de tudo que se tem direito e não desistir de buscar seus sonhos e objetivos.

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 2002, p. 41).

No contexto da vida escolar do estudante com Deficiência Intelectual, é de suma importância fornecer os recursos necessários, tanto no AEE como na sala de aula regular, com práticas pedagógicas adequadas, para que a aprendizagem desse estudante tenha sucesso.

É importante ressaltar que a Deficiência Intelectual é uma condição heterogênea, ou seja, as características e o grau de limitação podem variar significativamente de uma pessoa para outra. Existem diferentes causas para a Deficiência Intelectual, incluindo fatores genéticos, problemas durante a gestação, complicações no parto, infecções ou lesões cerebrais adquiridas.

A Deficiência Intelectual (DI) não deve ser confundida com baixo rendimento acadêmico, problemas comportamentais ou dificuldades de aprendizagem específicas. Ela envolve um funcionamento intelectual geral abaixo da média, associado a dificuldades adaptativas significativas.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva busca garantir aos estudantes com Deficiência Intelectual acesso a uma educação de qualidade, participação plena e igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para estudantes com Deficiência Intelectual envolve a adoção de estratégias diferenciadas que considerem as necessidades individuais e ofereçam os suportes necessários para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos. São várias as adaptações que podem e devem ser feitas para que esses estudantes tenham sucesso no processo de aprendizagem.

A implementação efetiva da Educação Escolar Inclusiva para estudantes com Deficiência Intelectual (DI) requer o comprometimento de toda a comunidade escolar e o respeito aos direitos e necessidades desses alunos. O objetivo é proporcionar uma educação de qualidade, que valorize a diversidade e promova o pleno desenvolvimento e a inclusão de todos os estudantes através das práticas pedagógicas inclusivas adequadas para cada indivíduo.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO ESCOLAR

As práticas pedagógicas referem-se às ações, estratégias e métodos utilizados pelos professores e educadores no processo de ensino-aprendizagem. Essas práticas são fundamentadas em teorias educacionais e visam facilitar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências por parte dos estudantes, estimulando seu interesse e contribuindo para sua aprendizagem. Uma prática pedagógica eficaz busca engajar os alunos, promover a construção ativa do conhecimento, estimular a criatividade, desenvolver habilidades críticas e de resolução de problemas, e adaptar-se às necessidades e estilos de aprendizagem dos estudantes.

Para Carvaho e Netto (1994, p. 59), a prática pedagógica é uma prática social e envolve vários fatores.

A prática pedagógica, nessa perspectiva, é uma prática social e como tal é determinada por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e própria à realidade em que se situam. (CARVALHO; NETTO, 1994, p.59)

Para os autores a prática pedagógica vai além das atividades escolares dentro das instituições de ensino, pois envolve fatores externos que vão influenciar de forma direta e de forma indireta o processo do ensino-aprendizagem tanto do professor quanto do aluno.

Já Moreira (2004, p.12) conceitua a prática pedagógica “como a atividade exclusivamente observável e que gere uma atividade concreta, cujos resultados possam ser registrados, comprovados”.

Comparando os dois conceitos, percebe-se que o conceito de práticas pedagógicas para Carvalho e Netto (1994) é mais abrangente, pois envolve fatores externos à escola. Já para Moreira (2004) o conceito está mais ligado as técnicas utilizadas no ambiente institucional, as quais estão ligadas às observações, às atividades, resultados alcançados e registros destas práticas.

A prática pedagógica vai refletir a realidade vivenciada pelo professor nas experiências cotidianas, tanto pessoal como profissional, também reflete a formação inicial e continuada desse profissional, os recursos disponibilizados pela escola, a diversidade de alunos na classe, envolve também a gestão escolar, o ambiente escolar, entre outros fatores.

A prática pedagógica não é estática, pelo contrário, ela é dinâmica e pode ser adaptada de acordo com as necessidades educacionais de cada aluno. São escolhas intencionais fundamentadas teoricamente, feitas pelo educador afim de contribuir para o desenvolvimento pleno de cada aluno.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a prática pedagógica busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características, habilidades, necessidades ou condições socioeconômicas. É importante também pensar não somente no acesso à escola, mas a permanência e o desenvolvimento educacional de qualidade para todos os alunos.

Mendes (2006), chama a atenção para que o foco deste debate esteja nas práticas pedagógicas, no que diz respeito a educação inclusiva no Brasil:

Entretanto, só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática? E este é, sem dúvida nenhuma, um exercício para a pesquisa científica. (MENDES, 2006, p. 402)

Como falado anteriormente, o acesso à educação para todos é de grande importância, porém o que muitas vezes acontece é que o aluno é inserido no ambiente escolar, mas as práticas pedagógicas não são direcionadas às suas necessidades educativas específicas, por esse motivo muitas vezes o aluno não se desenvolve de forma plena.

A Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nº 13.146, traz uma parte exclusiva sobre a educação inclusiva:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 9)

A LBI expressa que toda pessoa com ou sem deficiência tem direito a educação, mas o que tem acontecido nas escolas é que o acesso muitas vezes é garantido, no entanto a criança com deficiência intelectual não consegue evoluir em decorrência da forma como tem sido acompanhada no seu processo de aprendizagem. E o que tem acontecido é que o aluno permanece no ambiente escolar, mas as atividades não são adaptadas de forma adequada às suas necessidades específicas. Pimentel (2022) conceitua práticas educacionais inclusivas da seguinte forma:

Entendemos a prática educacional inclusiva como toda ação com finalidade educativa, intencionalmente planejada, direcionada para favorecer o acolhimento, participação, permanência e êxito de todos os estudantes na vida escolar e acadêmica. (PIMENTEL, 2022)

Ambos os autores que discorrem sobre as práticas pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva falam sobre o acolhimento, o comprometimento em se importar com o desenvolvimento e participação ativa de todos os alunos, colaborando de forma adequada às necessidades de cada um para que aconteça realmente uma educação inclusiva.

Para que a educação na perspectiva inclusiva seja efetiva nas escolas, é preciso o reconhecimento e conscientização pelos professores, gestores e toda comunidade escolar, sobre os problemas existentes nas instituições, que por muitas vezes naturalizam a exclusão do aluno dentro do ambiente escolar ao invés de incluir este aluno. Isso acontece no tipo de atividade, na forma como se fala, no tratamento com o aluno, e também nos próprios espaços escolares que não são preparados para a inclusão.

São muitas as barreiras enfrentadas para a concretização de uma educação na perspectiva inclusiva, o que vai influenciar diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas em cada instituição de ensino. Esses obstáculos vão além das atitudes, estão também na arquitetura escolar, na tecnologia e na comunicação. As barreiras não estão apenas no ambiente escolar, também estão presentes na urbanização das cidades, nos tipos de transportes, em prédios públicos. Carvalho (2007) fala sobre as barreiras à aprendizagem:

Barreiras à aprendizagem (temporárias ou permanentes) fazem parte do cotidiano escolar dos alunos (deficientes ou ditos normais) e se manifestam

em qualquer etapa do fluxo de escolarização. Barreiras existem para todos, mas alguns requerem ajuda e apoio para o seu enfrentamento e superação, o que não nos autoriza a rotulá-los como alunos com “defeito” (CARVALHO, 2007, p. 60).

As barreiras, segundo Carvalho (2007), vão estar presentes na escola e na vida de todos, o que a autora chama a atenção é que alguns vão precisar de um suporte para auxiliar no seu desenvolvimento, e outros alunos não vão necessitar destes recursos a mais. Mas isso não é motivo de excluir os que precisam desse apoio.

Dessa forma, algumas medidas podem ser tomadas afim de minimizar as barreiras existentes nas instituições de ensino para que as práticas pedagógicas inclusivas se tornem realidade nesses ambientes. Como por exemplo a criação de um ambiente de sala de aula inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e seguros para expressar suas ideias e opiniões. Onde se promova o respeito mútuo e a valorização das diferenças.

A avaliação inicial também é uma prática pedagógica muito importante para identificar as necessidades, habilidades e características individuais de cada aluno, para o planejamento das atividades e estratégias pedagógicas individualizadas que atendam às necessidades específicas de cada um.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no artigo 28, inciso V, fala exatamente sobre a adoção de medidas individualizadas quando necessário:

Art. 28, V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. (BRASIL, 2015)

Como se vê, essa atitude oportuniza o aluno a se desenvolver a partir da análise individual de suas habilidades e assim evoluir no seu processo de aprendizagem. Nesta mesma lei constam outras garantias para a educação na perspectiva inclusiva.

No mesmo artigo 28, no inciso VI, a lei fala sobre: “pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015)

É justamente garantir que as pesquisas nesta área criem novas possibilidades de práticas pedagógicas, e que surjam novos materiais didáticos, recursos e atividades, que sejam acessíveis a todos os alunos. Que possam utilizar recursos visuais, auditivos e táteis para apoiar a compreensão e a participação de alunos com diferentes estilos de aprendizagem. Fazer adaptações nos materiais e recursos, quando necessário, para torná-los mais acessíveis para todos.

Também é importante a oferta de diferentes estratégias de ensino-aprendizagem para atender às diversas necessidades dos alunos, variando as metodologias e abordagens pedagógicas, adaptando-as para garantir que todos os alunos possam compreender e participar ativamente.

Continuando com essa visão inclusiva, manter um ensino colaborativo para promover a interação entre os alunos, incentivando o trabalho em equipe e a troca de conhecimentos, estimulando a ajuda mútua entre alunos com e sem deficiência, para que possam aprender uns com os outros e desenvolver relações de respeito e empatia.

Manter uma comunicação aberta e colaborativa com as famílias dos alunos, compartilhando informações sobre o progresso e as necessidades individuais de cada estudante, buscando orientações e apoio dos pais ou responsáveis afim de promover a inclusão educacional.

Sempre que for necessário, fazer a adaptação curricular afim de modificar o currículo regular para torná-lo mais acessível às crianças com deficiência ou com dificuldades na aprendizagem. Essa adaptação pode envolver a simplificação de conteúdos, o uso de materiais visuais e concretos, a incorporação de atividades práticas e o fornecimento de suporte adicional, como recursos de aprendizagem especializados.

A Declaração de Salamanca (1994) traz em seu artigo 28 que a educação deveria ser voltada para as necessidades de cada indivíduo, compreende-se dessa forma que as adaptações no currículo são mais que necessárias.

A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Assim como a Declaração de Salamanca fala sobre essa educação mais inclusiva, várias possibilidades além das adaptações curriculares são mencionadas, na intenção de promover práticas educativas que contribuam para a inclusão.

Inclusão de atividades e estratégias que visem o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças. Isso pode envolver o ensino de habilidades de interação, resolução de problemas, autogestão e promoção da autoestima e da inclusão social.

Adotar práticas de avaliação diversificadas, que considerem as diferentes habilidades e formas de expressão dos alunos, valorizando os progressos individuais, reconhecendo o esforço e a superação de cada aluno, utilizando a avaliação formativa para identificar as necessidades de aprendizagem e planejando intervenções pedagógicas adequadas.

Essas práticas não apenas promovem o acesso e a participação de todos os alunos, mas também contribuem para o seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Os alunos se beneficiam ao aprenderem com seus pares, desenvolverem habilidades de colaboração e resolução de problemas, e terem um ambiente seguro e acolhedor para se expressarem.

A implementação das práticas pedagógicas inclusivas exige um compromisso contínuo por parte dos educadores, da escola e da comunidade como um todo. É necessário investir em formação e capacitação para os educadores, em recursos e infraestrutura adequados, e em uma mentalidade inclusiva que reconheça e celebre a diversidade.

Ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, estamos promovendo uma educação que valoriza a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e a participação plena de todos os alunos. Através dessas práticas, podemos construir uma sociedade mais consciente, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para Inclusão Escolar.

A inclusão é um princípio fundamental, que defende que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações, devem ser acolhidos e participar ativamente da vida escolar. É o que afirmam Glat, Pletsch e Fontes (2007) na citação a seguir:

Educação inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

Como afirmam as autoras, a educação inclusiva só tem sucesso se o estudante com deficiência tem o seu desenvolvimento pleno, pois matricular o aluno e deixá-lo apenas como espectador na escola, não faz sentido, o aluno precisa se desenvolver intelectualmente, socialmente e ter autonomia para as suas atividades cotidianas através das práticas pedagógicas adequadas para a sua aprendizagem.

Se analisarmos, houve uma grande lacuna para esse público composto por pessoas com deficiência que por muito tempo viveu à margem do ensino escolar. Por muito tempo a pessoa com deficiência (PCD) era impedida de ingressar às escolas de ensino regular por haver uma política de segregação, as pessoas com deficiência eram “ensinadas” em instituições especializadas apenas para pessoas com deficiência.

Hoje, a ideia da educação na perspectiva inclusiva visa incluir o aluno com deficiência nas escolas regulares a fim de oportunizar ao aluno uma experiência completa junto aos outros alunos sem deficiência e assim todos tenham um desenvolvimento completo baseado no respeito à diversidade e dando oportunidade ao estudante com deficiência conviver no ambiente escolar participando de todas as atividades a que tem direito, baseado nas leis brasileiras, tendo o devido suporte para auxiliar a sua aprendizagem. Dentro do tema de Inclusão Escolar, tem alguns autores que conceituam termos importantes desta pesquisa.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

De acordo com Sasaki (1998), o aluno com deficiência ou sem deficiência tem direito a uma educação de qualidade sem discriminações, pois a instituição precisa estar adequada para receber a todos, independentemente de suas especificidades. A Inclusão defende uma escola para todos, visa incluir os alunos que antes estudavam de forma segregada em escolas especiais, onde não havia a oportunidade de convivência com pessoas sem deficiência no ambiente escolar. Hoje esse aluno convive junto com os alunos sem deficiência e dessa forma também se desenvolvem nas relações sociais. Segundo Mantoan (2008):

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da Educação Especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2008, p. 19).

Mantoan (2008), chama a atenção para o sentido de inclusão, que não significa apenas integrar o aluno com deficiência a uma escola e este não participar de tudo o que tem direito, não basta apenas colocar o aluno, pois o que acontece muitas vezes é que esse aluno passa por um processo de exclusão por não poder participar das atividades proposta pelos educadores e também não poder participar de eventos regulares da escola, ou simplesmente não poder acessar todos os espaços da instituição. Para haver inclusão é preciso que todos tenham acesso a todas as possibilidades sem exceções.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Ainda nos dias atuais, se ouve dizer que estudantes com deficiência são impossibilitadas de ser matriculadas em instituições de ensino regular. De acordo com a Declaração de Salamanca, todas as escolas deveriam aceitar todos os alunos sem distinção, pois a lei assegura este acesso e as instituições não podem negar a matrícula ao aluno com deficiência, independente do preparo da escola, seja na sua

parte física ou seja no seu corpo docente. Toda criança e adolescente tem o direito a educação sem discriminação.

Deve-se ressaltar que a "educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula" e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade (MOREIRA, 2006).

Assim como mencionado anteriormente neste trabalho, Moreira (2006) ratifica a ideia de inclusão na sua totalidade, oportunizando não somente a pessoa com deficiência, mas a todas as pessoas que compõe a comunidade escolar a conviver com as diferenças. A presença de uma pessoa com deficiência em uma escola vai além do simples acesso, pois contribui de forma positiva nas relações sociais e interpessoais, ajudando a compreender melhor os desafios cotidianos do outro. Na visão da Inclusão vale o respeito às diferenças, a dignidade do ser humano, a empatia e o bem-estar coletivo. Miranda (2001) fala sobre a escola inclusiva:

Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola para cada um, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, utilizando os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento (MIRANDA, 2001)

A Escola Inclusiva visa atender a todos, abraçando cada especificidade de cada indivíduo, não apenas a criança ou adolescente com deficiência, mas a todos, pois a aprendizagem é individual, ninguém aprende de forma igual, as pessoas são diferentes, independente de deficiências. E para os alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado, deve ser assegurado o seu direito. É o que afirma Miranda (2001).

Sasaki (2002, p.42) faz a seguinte afirmação:

A inclusão social [...] é um processo que contribui para a construção de um novo tipo sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 2002, p. 42)

A inclusão vai além da Inclusão escolar, pois quando a escola abre as portas para todas as pessoas, a inclusão acontece também na área social pois as relações na escola também acontecem em outras esferas não somente na parte de ensino e aprendizagem, é o que afirma Sasaki (2002).

A Educação Inclusiva é um compromisso contínuo, que requer adaptação e flexibilidade para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. Para que isso se torne realidade, as práticas pedagógicas inclusivas devem ser prioridade, pois cada atividade deveria ser personalizada para cada necessidade ou de forma que abranja o desenvolvimento de todos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo foi realizada, por ano de publicação, a análise dos conteúdos dos quatorze trabalhos selecionados na plataforma digital Google Acadêmico, que é a fonte principal desta pesquisa, onde investigou-se as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores do ensino fundamental na inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Foram registrados os pontos principais de cada artigo, dissertação e TCC, e também as práticas pedagógicas abordadas, a fim de responder aos objetivos desta pesquisa.

O quadro a seguir relaciona em ordem cronológica os trabalhos selecionados e suas principais informações, de forma sintética, a partir da pesquisa bibliográfica realizada.

QUADRO 1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Nº	Ano	Título	Tipo	Autor	Método	Objetivos
1	2018	A inclusão de alunos com deficiência intelectual na Rede Regular de Ensino	Artigo	Flávio Aparecido de Almeida	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica.	Investigar o processo de inclusão dos educandos com deficiência intelectual na rede regular de ensino, assim como as práticas pedagógicas dos educadores frente à questão e as maiores dificuldades por eles encontradas que impedem que a inclusão seja uma realidade na escola brasileira.
2	2018	Escolarização do aluno com deficiência intelectual: escolha de caminhos pedagógicos	Dissert. Universida de de Taubaté	Adriana Hellen Lima dos Santos	Pesquisa qualitativa; exploratória; Instrumentos: questionário, entrevista, observações e análise de documentos; Participantes: 8 professores da sala regular.	Investigar as estratégias de ensino adotadas por professores do ensino fundamental I de uma rede municipal do litoral norte paulista que teve em suas turmas alunos com deficiência intelectual.
3	2018	Estratégias pedagógicas de intervenções para crianças com deficiência intelectual AEE.	Artigo	Gabriella Giovanna Galiciani, Thais Paes Custódio e Milene Bartolomei Silva	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica.	Pesquisar estratégias de intervenções no ensino para crianças com deficiência intelectual, analisando a diferença entre a sala regular e o atendimento educacional especializado.

4	2019	Alunos com deficiência no ensino regular: matrícula e prática docente	Artigo	Fabricia Zanelato Bertolde e Jeanes Martins Larchert	Pesquisa exploratória; Instrumentos: entrevistas e planilhas; Participantes: gestores escolares e Secretaria de educação municipal.	Analisar o índice de matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares do município de Eunápolis – BA.
5	2020	O Processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades	Artigo	Gislaine Sencovici Nozi e Célia Regina Vitaliano	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica; Descritores: “deficiência mental” e “deficiência intelectual”	Identificar como tem ocorrido o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual (DI).
6	2021	Práticas pedagógicas na educação inclusiva: revisão sistemática	Artigo	Lêda Gonçalves de Freitas, Carla Cristie de França Silva, Cláudia Cristina Fukuda e Gustavo Francisco Neto	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica; Descritores: “inclusão escolar e práticas pedagógicas” e “práticas inclusivas e aprendizagem”	Mapear estudos brasileiros publicados em periódicos nacionais nas áreas de Psicologia e Educação, que investigaram práticas pedagógicas no contexto da inclusão, e ainda refletir sobre as principais contribuições dessas pesquisas.
7	2021	Inclusão de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular	Artigo	Cristiane de Souza Molina	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica.	Analisar sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular.
8	2021	Educação inclusiva e prática educacional do professor dos anos iniciais do ensino fundamental: uma revisão sistemática de pesquisas de 2009 a 2020.	Dissert. Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo	Dayane Correia Pereira	Pesquisa Bibliográfica e Revisão sistemática.	Identificar como se configuram as pesquisas sobre Educação Inclusiva, em dissertações e teses, que têm a referida expressão no título e como sujeito o professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, produzidas entre 2009 e 2020 no Brasil.
9	2021	Práticas pedagógicas com crianças em situação de deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental	Dissert. Universidade Federal de Ouro Preto	Maria da Conceição Aparecida Andrade	Pesquisa qualitativa; exploratória; Instrumentos: entrevistas, e análise documental; Participantes: duas professoras do Ensino fundamental I.	Analisar as práticas pedagógicas com crianças em situação de Deficiência Intelectual, matriculadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, em duas escolas públicas de Ensino Regular (uma da rede municipal e outra da rede estadual) situadas em uma cidade mineira.
10	2021	Alfabetização de alunos com deficiência intelectual no ensino comum: um estudo sobre as práticas pedagógicas	TCC Universidade Federal de Santa Maria	Gigliana Maitê da Rosa	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica.	Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores do ensino comum no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual.
11	2022	Experiências de docentes na educação de crianças com	Artigo	Daiane Amorim e Viviane Brás dos Santos	Pesquisa qualitativa; Estudo de caso;	Compreender quais são as práticas pedagógicas inclusivas de professores e professoras de uma escola do Município de

		deficiência intelectual em uma escola do município de Itiúba-BA			Instrumentos: questionário e entrevista; participantes: quatro professoras de sala comum da instituição.	Itiúba-Ba para com pessoas com deficiência intelectual.
12	2022	A importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual	Artigo	Wanessa de Souza Amaral Mendes e Edgard Ricardo Benício	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica; básica; Descritores: práticas pedagógicas, deficiência intelectual e inclusão.	Pesquisar e entender o uso de técnicas pedagógicas específica para o aprendizado dos alunos com DI.
13	2022	A aprendizagem de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais: uma revisão sistemática	Artigo	Roseneide M. Batista Cirino, Victória Laguna Brondani	Pesquisa qualitativa; Bibliográfica; descritores: Deficiência intelectual; Ensino aprendizagem; Deficiência mental; Inclusão.	Compreender, a partir de apontamentos teóricos, como se desenvolve a inclusão da criança com deficiência intelectual nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
14	2022	Estratégias e recursos de mediação pedagógica para um estudante com deficiência intelectual no primeiro ciclo do Ensino Fundamental	Dissert. Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Roberta Mendes da Silva Costa	Pesquisa qualitativa, Estudo de caso; Instrumentos: atividades escolares em cadernos, pastas e fotos; entrevista com professoras envolvidas nas atividades.	Analisar a configuração das estratégias e recursos didáticos para o ensino de um estudante com Deficiência Intelectual, dos anos iniciais do ensino fundamental, em uma escola pública de Educação Básica.

Fonte: Própria Autora

O artigo de Almeida (2018) trouxe como resultado a incompatibilidade das escolas com a educação na perspectiva inclusiva, abrangendo o despreparo do professor e a inadequação do espaço físico. A sugestão trazida pelo estudo foi a formação inicial e continuada dos professores do ensino regular que trabalham com crianças com Deficiência Intelectual, a fim de qualificar melhor esses profissionais. O autor aborda também a adequação e adaptações nos currículos, no sistema de avaliação e destaca a participação familiar.

O texto de Almeida (2018) aponta os problemas encontrados nas instituições de ensino regular em relação a educação inclusiva e demonstra a formação inicial e

continuada como a solução principal para estes problemas. Sabe-se que há muito que se melhorar nas instituições de ensino, não só na formação, mas na acessibilidade atitudinal, nos espaços físicos, na empatia, na aquisição de materiais e recursos necessários para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, para que o aluno com Deficiência Intelectual possa se desenvolver de forma plena através de práticas pedagógicas adequadas. A participação familiar também mencionada, é de grande importância para o desenvolvimento do estudante com DI, pois através do apoio, compreensão e diálogo com os educadores, a aprendizagem do estudante fica mais viável.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem conjuntamente com os pais, responsáveis e a família. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

(...)

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

VI – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

(...)

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (LDBEN, 1996. art. 12-13-14).

A LDBEN, (1996) não fala somente da participação familiar na vida e no desenvolvimento escolar do estudante com deficiência, mas abrange todos os estudantes com ou sem deficiência.

Já a dissertação de Santos (2018) constata que ainda há equívoco por parte dos professores sobre as reais potencialidades do aluno com Deficiência Intelectual, muitas vezes essa deficiência é relacionada às incapacidades, gerando baixa expectativa no aprendizado do aluno. Notou-se o foco na limitação do aluno e não no seu potencial e habilidades. Foi registrado também uma concepção médica muito arraigada, baseada em laudos e medicações para justificar o não desenvolvimento de

atividades por parte dos professores. Em relação ao currículo adaptado, o estudo demonstrou que ocorre a supressão de conteúdos julgados desnecessários ou complexos para o aluno com deficiência. Por outro lado, foi observado na investigação que professores trabalham numa perspectiva inclusiva com todos da turma, inserindo o aluno com deficiência nas atividades com todos os colegas, favorecendo a aprenderem e o convívio harmonioso da turma. Quanto as redes de apoio, precisam ser melhor articuladas, promovendo maior participação da família, dos profissionais de saúde que acompanham o estudante e dos profissionais da educação que precisam de formação e aperfeiçoamento constantes. Estes achados guardam relação com o que Mendes (2014, p. 39) menciona no fragmento a seguir:

Entre esses desafios estão: a falta de formação e preparo dos profissionais envolvidos, a discreta participação da família e a dificuldade de criação de uma rede de apoio que inclua a interlocução de profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente das áreas da educação e da saúde. (MENDES, 2014, p.39)

Mendes (2014) traduz nessas palavras o que Santos (2018) diz em suas reflexões sobre a falta de formação adequada dos professores e a falta de uma rede de apoio efetiva.

Todo o trabalho de Santos (2018) traz dados importantíssimos para a temática da prática pedagógica inclusiva pois mostra de forma detalhada os principais problemas e sugestões de solução para cada um deles. Na página 85, Santos (2018) diz que através de práticas de ensino como: estratégias para a alfabetização, utilização de jogos, currículo adaptado, atividades de vida diária, avaliação, interação com os colegas e didáticas desenvolvidas pelos professores, foi o que permitiu entrar em contato com a realidade educacional de cada estudante e o que permitiu discutir essa realidade e desenvolver novos caminhos pedagógicos adequados para cada aluno.

Sobre a formação do professor, é mais uma vez mencionada como um dos maiores desafios enfrentados, e apontada como uma das soluções principais para minimizar a grande lacuna existente em instituições do ensino regular no que concerne ao processo de inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual no Brasil. No entanto, cabe ressaltar que apontar a formação inicial e continuada como principal ponto, exige o exercício crítico de não recair sobre o professor toda a responsabilidade sobre o

processo de inclusão, sendo preciso lançar luz sobre outros aspectos igualmente relevantes como o investimento público nas condições efetivas de trabalho docente, na aquisição de materiais acessíveis e de tecnologia assistiva para equipar os espaços escolares etc.

Dando prosseguimento a análise dos resultados, o artigo de Galiciani, Custódio e Silva (2018) apontou como relevante o planejamento diversificado para oportunizar o aluno com Deficiência Intelectual ter um desenvolvimento pleno. A adequação curricular foi mencionada, falando também sobre trabalhar o currículo de modo individualizado. Nessa diversidade de estratégias, as autoras trouxeram os jogos, computadores, tablets, internet e aplicativos como forma de trabalho lúdico no processo de aprendizagem, colaborando para uma melhor aquisição de conhecimento dos alunos. Também foi falado sobre o uso de calculadoras para auxiliar no raciocínio matemático. É o que Mantoan (2015, p. 79) fala sobre estar atento aos diferentes tons em uma mesma sala de aula, a intenção não é eliminar as diferenças, mas viver de forma harmoniosa dando o suporte necessário.

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as.

Conforme o que diz Mantoan (2015, p. 79) e os resultados trazidos pelas autoras, há várias possibilidades de contribuir para uma educação inclusiva de estudantes com deficiência. A variedade de estratégias abrange não somente os alunos com Deficiência Intelectual, mas a todos os alunos que também terão a oportunidade de aprender de forma diversificada. As práticas pedagógicas inclusivas devem ser para todos, pois não se pode excluir o aluno com deficiência das atividades rotineiras da sala de aula, é necessário a adaptação para a inclusão, e não para a exclusão do aluno com deficiência.

Prosseguindo, os resultados apresentados no artigo de Bertolde e Larchert (2019) mostram que o município de Eunápolis - BA tem procurado cumprir com a legislação, matriculando os alunos com deficiência nas escolas regulares. Os alunos matriculados têm atendimento educacional especializado em um centro especializado do município

no turno oposto às aulas. As matrículas têm crescido no âmbito nacional e municipal, por esse motivo há a necessidade da formação continuada para contribuir com a capacitação dos professores. Ainda assim, o estudo aponta que nem todas as crianças e adolescentes estão matriculados no município.

O INEP, através do Censo Escolar de 2022, mostra o crescimento das matrículas de estudantes com deficiência no Brasil. Em 2010, foram contabilizadas 380 112 matrículas no Ensino Fundamental, já no ano de 2022, foram 914 557 matriculados em todo território nacional. Os dados também mostram que a maior parte dessas matrículas são de estudantes com Deficiência Intelectual. Abrangendo todos os níveis da Educação Básica, foram 914 467 estudantes com DI matriculados no ano de 2022 em todo Brasil. (INEP, 2022)

Apesar dos resultados satisfatórios no que diz respeito às matrículas e atendimento educacional especializado, o artigo mostra, contudo, que nem todas as crianças com deficiência estão matriculadas. Essa é uma triste realidade, que muitas vezes tem relação com o preconceito, o medo da família em relação ao desenvolvimento da criança, e a própria falta de informação que também se mostra um empecilho para a matrícula desse aluno. Assim como outros artigos, a formação do professor aparece como uma das principais soluções para amenizar os problemas enfrentados nas escolas com relação a educação na perspectiva inclusiva.

Sobre o artigo de Nozi e Vitaliano (2020), os autores constataram que os alunos com Deficiência Intelectual estão cada vez mais presentes nas escolas regulares. Porém as publicações sobre esse tema não avançaram proporcionalmente ao ingresso escolar deste público. Também foi evidenciado que falta aos professores da escola comum subsídios teóricos e práticos necessários para trabalhar com a educação inclusiva. Por fim as autoras relatam que as pesquisas envolvendo o processo de inclusão escolar dos alunos com Deficiência Intelectual têm pouca representatividade na área da Educação Especial.

O trabalho de Nozi e Vitaliano (2020) como um todo traz a importância do ingresso do aluno com Deficiência Intelectual na rede regular de ensino que tem sido crescente nos últimos anos. De acordo com o Censo Escolar de 2022, o número de matrículas de estudantes com DI foi de 914 467 no ano de 2022, em todo ensino básico no país. (INEP, 2022). O artigo também mostra a fragilidade na formação inicial e continuada

dos professores das escolas regulares no que diz respeito à educação inclusiva. Por esse motivo, se faz necessário investir na formação inicial e continuada dos educadores e também avançar em pesquisas nessa área para que cada vez mais o aluno com Deficiência Intelectual tenha a oportunidade de ser alcançado com práticas pedagógicas adequadas para o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

O artigo de Freitas e col. (2021) trouxe como resultados positivos que as práticas pedagógicas dos agentes de educação colaboraram no processo de aprendizagem dos educandos com deficiência, algumas dessas práticas foram citadas na pesquisa: “Quanto às práticas pedagógicas em sala de aula, verificou-se o fazer pedagógico tradicional, [...] assim como práticas que utilizam a mediação pedagógica, o diálogo e o brincar para potencializar a aprendizagem no contexto da inclusão escolar” (p. 36). Os autores também mencionaram práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da sala de aula comum em parceria com o AEE. (FREITAS e col., 2021, p. 37).

Porém o trabalho de Freitas e col. (2021) mostrou como resultados negativos os obstáculos enfrentados nas instituições de ensino quanto à infraestrutura, recursos pedagógicos e também na formação dos professores para a inclusão. Foi apresentado também a importância da atuação dos gestores e psicólogos nas escolas, para viabilizar a cultura inclusiva nas instituições de ensino.

Um ponto de destaque nesse trabalho, observado pelos autores, mostra a presença de práticas desenvolvidas por professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que trazem ações voltadas ao atendimento psicológico ao invés de atender a função do AEE, que está prevista na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, bem como no Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. No segundo artigo deste decreto, fala sobre a função do AEE:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o

conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011)

De acordo com o documento oficial, a função do Atendimento Educacional Especializado – AEE, não tem orientações para que professores desenvolvam funções que são direcionadas aos profissionais de psicologia, portanto, o professor do AEE deverá atuar conforme as diretrizes estabelecidas.

O trabalho em questão (Freitas e col. 2021) é muito enriquecedor, pois apresenta resultados de grande importância na área da inclusão escolar. Também é robusto em relação aos pontos trazidos para análise de dados, trazendo gráficos e informações necessárias para o público que trabalha com a educação inclusiva. Por fim, foi relatado pelos autores que se precisa de mais estudos na área das práticas pedagógicas inclusivas com o intuito de criar alternativas compatíveis com a inclusão escolar.

No artigo de Molina (2021) foi relatado que é de suma importância a inclusão escolar de crianças com Deficiência Intelectual em escolas regulares. Além de ser um direito a ela assistido, é também uma forma de contribuir com o seu desenvolvimento psicomotor, respeitando as suas especificidades. É justamente através dessa inclusão que o aluno caminha no processo de ensino-aprendizagem, não somente intelectual, mas também na sua autonomia e socialização.

O trabalho trouxe informações pertinentes no que diz respeito a inclusão escolar, pois tratar dessa temática desperta a sociedade para a importância do acesso à educação para todas as pessoas, assim como a Constituição Federal da República Brasileira traz no seu artigo 205:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal, a educação é direito de todos sem distinção, e dever do Estado e da família, dessa forma, as famílias também são responsáveis por matricular o aluno, independente de ele apresentar ou não a deficiência.

O artigo de Molina (2021) também ajuda a nortear os profissionais da área de educação como lidar com os desafios cotidianos enfrentados nas instituições de ensino para a efetivação da educação inclusiva, quando aponta que “[...] respeitar as diferenças é algo indispensável independente de qual seja sempre haverá um potencial a ser explorado e desenvolvido. Os professores que atuam em instituições onde a inclusão acontece devem sempre apresentar-se receptivos a novas experiências [...]” (MOLINA, 2021, p. 7).

A dissertação de Pereira (2021) apresenta uma análise minuciosa dos resultados encontrados em seu estudo, que tem como foco as práticas educacionais inclusivas dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Um dos resultados obtidos na análise da autora, é a ausência de apoio da equipe gestora nas escolas do Ensino Fundamental e também das instâncias superiores à gestão escolar. A autora relata também que o tempo para planejamento e desenvolvimento das atividades adaptadas é escasso. Pereira (2021) menciona sobre as lacunas nas políticas públicas e a inadequação dos espaços físicos das escolas. Relata que foram poucos os avanços nas instituições de ensino na área da educação inclusiva. Também menciona que não há um apoio e suporte necessário por parte do Estado para que esse avanço aconteça. A autora apontou a resistência à inclusão por parte da sociedade que ainda se mostra fortemente preconceituosa e que discrimina aqueles considerados diferentes. E por fim, Pereira (2021) relata que os professores do Ensino Fundamental se sentem despreparados e inseguros, pela fragilidade teórica, para ensinar os alunos com deficiência, sendo necessário considerar a pessoa do professor e sua experiência. Sobre isso, Nóvoa (2006) afirma:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 2006, p. 25)

Nóvoa (2006) fala sobre a formação do professor que não se dá apenas pelos cursos, mas também pelas experiências adquiridas, pela reflexão crítica de suas práticas e da reconstrução permanente da identidade pessoal.

Todo o trabalho de Pereira (2021) traz informações valiosas em relação a inclusão escolar e práticas inclusivas nas instituições de Ensino Fundamental. Como apresentado, são muitos os obstáculos enfrentados pelas escolas para que haja uma real inclusão. São aspectos sociais, institucionais, governamentais que acabam interferindo na efetivação desta tão sonhada escola inclusiva, onde todos de forma igualitária deveriam desenvolver-se plenamente, sem nenhum tipo de distinção.

A dissertação de Andrade (2021) pontua a importância da interação da criança com deficiência intelectual com o outro, no ambiente escolar, pois assim também acontece aprendizagens. É justamente o que Vygotsky (1996) defende na teoria histórico-cultural, a interação com o outro e com o meio, dando oportunidade as trocas de experiências e vivências, prosseguindo no processo da aprendizagem. A autora fala, em seus resultados, que ainda paira nas escolas uma visão limitadora em relação à capacidade de aprendizagem da criança com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. É mencionado também sobre a necessidade de alinhamento entre a sala de recursos e a sala de aula comum, pois isso muitas vezes não acontece, dificultando o processo de aprendizagem desse aluno. No que diz respeito às adaptações curriculares, a autora pontua que há limitações na compreensão por parte das professoras, pois elas reduzem o conteúdo, retiram ou simplificam, ou simplesmente aumentam a fonte da letra e entendem isso como currículo adaptado. Andrade (2021) ainda fala sobre as práticas pedagógicas tradicionais que ainda são comuns nas escolas.

É notório os obstáculos enfrentados para se ter uma educação inclusiva nas escolas de Ensino Fundamental brasileiras. A falta de formação inicial e continuada dos professores, o preconceito e falta de informação sobre a Deficiência Intelectual, a ausência de práticas pedagógicas adequadas, falta de professores especializados para o público alvo do AEE, entre outros desafios, são barreiras enfrentadas pelos profissionais da educação no que diz respeito a educação inclusiva, mas não se pode deixar de acreditar e lutar pela inclusão escolar. Nota-se que há avanços nas matrículas de crianças com deficiência intelectual no Ensino Fundamental no país, o que falta é o processo de ensino-aprendizagem adequado para atender as

especificidades desse grupo. Ou seja, o acesso está em parte garantido, mas as condições efetivas para permanência e a aprendizagem efetiva desta população ainda não estão asseguradas.

Prosseguindo na análise das obras consultadas, Rosa (2021) pontua a importância da flexibilização do currículo para contribuir com uma prática pedagógica adequada para crianças com deficiência intelectual. Ela também traz práticas pedagógicas que envolvem a psicomotricidade como contribuição para a aprendizagem, no que diz respeito às atividades corporais lúdicas. A autora fala sobre a metodologia ativa, onde a criança é protagonista no seu processo de aprendizagem, juntamente com as outras crianças, sendo autores de suas conquistas. Por fim, falou sobre a formação continuada e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, tais como: jogos, atividades que envolvam a expressão corporal e atividades lúdicas em geral.

O trabalho de Rosa (2021) nos remete a grande importância da atuação do professor da sala de aula regular que com todo seu esforço adequa suas práticas pedagógicas a fim de contribuir com a aprendizagem de todos os alunos. Sabemos que uma educação inclusiva depende de vários fatores, formação do professor, recursos pedagógicos, práticas pedagógicas inclusivas, espaço físico adequado, entre outros fatores. Também é necessário acreditar que a criança com Deficiência Intelectual é capaz, pois com os estímulos certos ela vai se desenvolver de forma plena.

O artigo de Amorim e Santos (2022) trouxe como resultado também a falta de formação dos professores na área da educação inclusiva, o que tem interferido na aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual e também nas matrículas de novos alunos. As autoras pontuaram que se faz necessário assegurar a permanência desses alunos para que a instituição de ensino demonstre o seu potencial formativo, pois algumas famílias se mostram resistentes a fazer novas matrículas de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares. Outro dado coletado foi que as professoras se sentem incapazes de trabalhar na perspectiva da educação inclusiva por falta de formação inicial e continuada. Foi mencionado também a falta de profissionais especializados e também materiais didáticos adequados e lúdicos para trabalhar com os alunos com DI.

Essa pesquisa (Amorim e Santos, 2022) foi baseada em entrevistas com professoras do município de Itiúba- BA. Percebe-se que a falta de formação dos professores na

área da educação inclusiva é apontada como um dos maiores problemas no município, em relação ao sucesso da inclusão escolar. Apesar de proporem a garantia de acesso/matriculação para todos os estudantes, quando se trata de desenvolver uma prática pedagógica acessível a todos, isso não se concretiza, o que acaba interferindo na permanência dos estudantes com Deficiência Intelectual nas escolas regulares. O insucesso na aprendizagem termina influenciando algumas famílias a não matricularem seus filhos nas escolas ou até mesmo a retirar os que estão matriculados por perceberem que os filhos não estão aprendendo. Essa situação é grave e aponta o desrespeito aos direitos legalmente adquiridos pelos estudantes com deficiência, além de evidenciar um retrocesso, na medida em que estudantes já matriculados, são retirados da escola por não estar havendo engajamento efetivo nas atividades ou avanço no processo educacional.

A pesquisa de Mendes e Benício (2022) aborda o lúdico como principal prática pedagógica no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual e acrescenta que a formação do professor é de grande importância para esse processo. Outro ponto mencionado pelos autores são as ações educativas inclusivas, de forma que colabore com a aprendizagem de todos os alunos, os que têm deficiência e os que não têm, utilizando vários recursos e possibilidades. Algumas dessas possibilidades são citadas no texto, tais como: a escuta de forma lúdica, dando oportunidade ao estudante com DI se expressar através da oralidade; brincadeiras que oportunizam a mediação entre o real e a fantasia; jogos que ajudam o aluno a se adaptar às regras e limites de tempo e espaço. E por fim trazem como sugestão a contratação de psicopedagogos para auxiliar pais e professores.

Como é possível constatar, este artigo, assim como a maioria dos trabalhos aqui analisados, assinala a questão da formação de professores como essencial para possibilitar uma prática pedagógica inclusiva satisfatória. De acordo com Mantoan (2015, p. 81),

Formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis. [...] A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Na realidade, a educação na perspectiva inclusiva vai além da formação do professor, é preciso a conscientização de toda comunidade escolar, da família, da sociedade em geral e dos governantes, para que se tenha mais políticas públicas nessa área.

O trabalho aborda pontos importantes para a aprendizagem da criança com Deficiência Intelectual desde a formação de professores, às práticas pedagógicas inclusivas, usando a ludicidade e a variedade de recursos e possibilidades para colaborar com a aprendizagem dos alunos com ou sem deficiência. Nota-se a preocupação com a real aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, os autores trazem os seus resultados e sugestões com a finalidade de minimizar as dificuldades encontradas pelos professores para desenvolver suas aulas com sucesso. É bem verdade que há muito que se melhorar no que diz respeito à consciência a respeito de uma educação verdadeiramente inclusiva, não só da parte dos professores, mas de toda a sociedade.

Cirino e Brondani (2022) trouxeram como resultados de sua pesquisa, a necessidade de mudanças nos currículos escolares das séries iniciais do Ensino Fundamental, formação continuada para os professores que atuam nessa fase do Ensino Básico, bem como o acesso a recursos didáticos. Os autores assinalam também a importância em saber que a criança com deficiência intelectual vai aprender no seu próprio tempo, muitas vezes diferente do restante da turma. Ressaltam o aproveitamento dos conhecimentos prévios do aluno e a elaboração de atividades que contemplem o cotidiano do estudante, para uma melhor compreensão do processo de aprendizagem. Por fim, as autoras falam que a sala de aula deveria ser um espaço de reflexão para os estudantes e defendem a importância desses alunos se sentirem como parte desse ambiente social.

As autoras trouxeram a mudança de currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação inicial e continuada do professor dessa fase do ensino e o acesso a recursos didáticos como pontos chave para o desenvolvimento do estudante com deficiência intelectual. Ao adaptar o currículo, é dada a oportunidade para que os estudantes com deficiência se desenvolvam no processo de aprendizagem, ofertando práticas pedagógicas adequadas, desenvolvidas pelos professores que por sua vez, se tiverem uma formação continuada nessa área, terão subsídios teórico e prático para desenvolver suas atividades, utilizando os recursos necessários para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos.

Costa (2022) em suas análises comenta que são poucas as discussões e referências que tratam de como tem sido as estratégias para o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. A autora traz também a importância das interações sociais na constituição do indivíduo. Pontua sobre a relevância do papel do professor do Ensino Fundamental enquanto mediador privilegiado, que tem uma ligação direta com as estratégias e recursos utilizados. A autora fala também sobre a articulação e dinâmica no uso dos recursos pedagógicos nessa fase do ensino básico, pois o processo de aprendizagem não é estático, ele é dinâmico, e vai sendo adaptado de acordo com a demanda de cada aluno. Por fim, ela discorre sobre a importância da continuação das pesquisas e discussões dessa temática.

Nota-se que o trabalho traz reflexões importantes para pensarmos nas estratégias que sejam realmente eficientes para colaborar com o processo de aprendizagem de crianças com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. A falta de uma educação continuada nessa temática é uma preocupação não só do próprio professor, mas dos gestores, pais e do aluno, pois quando o professor tem uma boa formação inicial e continuada, ele utiliza as estratégias adequadas, assim como os recursos didáticos necessários, tudo de acordo com o seu planejamento para o processo de aprendizagem dos alunos. E por fim, a interação da criança com deficiência intelectual juntamente com os outros alunos e toda comunidade escolar contribuindo para o seu desenvolvimento pleno.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no seu artigo 59, incisos I, II e III diz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

De acordo com as análises dos resultados dos trabalhos estudados nesta pesquisa, o artigo 59 da LDBEN dispõe sobre alguns dos problemas trazidos pelos autores, tais como: os currículos, recursos educativos, métodos e técnicas que atendam às necessidades dos estudantes público alvo da Educação Especial. Refere-se também sobre a formação adequada do professor do atendimento especializado e também do ensino regular. Nota-se que a lei existe, mas a realidade nas escolas está bem longe do ideal escrito na lei. A educação na perspectiva inclusiva continua avançando, os índices de matrículas nas escolas de Ensino Fundamental têm crescido nos últimos anos, porém a luta continua por melhores condições na qualidade do ensino dos estudantes com deficiência intelectual para que esse público tenha o seu desenvolvimento de forma plena nas instituições de ensino regular, sejam elas públicas ou privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa que teve como objetivo principal analisar as estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental para contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, com base nas análises dos conteúdos dos artigos, fonte de informação desta pesquisa, pude perceber que os objetivos propostos foram alcançados.

Um dos objetivos específicos, foi a verificação dos principais desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, com base nas análises dos resultados das pesquisas estudadas, os maiores desafios enfrentados são a falta de recursos necessários para a educação inclusiva, pouco tempo para elaboração de atividades adaptadas, a falta de AEE na maioria das escolas e a falta de formação inicial e continuada para o professor, falta de políticas públicas nessa área da educação.

O outro objetivo pede para identificar as práticas pedagógicas realizadas pelos professores do Ensino Fundamental no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual. Baseado nas pesquisas analisadas, os professores usam muito a ludicidade, pois através da ludicidade o aluno com deficiência intelectual aprende brincando, jogando, dançando, desenhando, pintando e assim o conteúdo da aula alcança a todos. Outra estratégia utilizada é a atividade em grupo, pois um ajuda ao outro e fica mais fácil a assimilação do conteúdo. A expressão através da oralidade, dando a oportunidade ao aluno com DI se expressar da forma mais confortável para ele. Uso de tecnologias como: tablets, computadores, aplicativos, calculadoras, abrangendo as possibilidades de assimilação do estudante. Metodologia ativa, onde o aluno é autor das suas aprendizagens. A parceria com o AEE, possibilitando atividades que envolvam os professores da sala comum e do AEE. Atividades que envolvam o cotidiano do estudante com DI, afim de colaborar com uma melhor assimilação dos conteúdos.

O último objetivo investiga quais os suportes necessários para garantir acesso, permanência e aprendizagem efetiva aos estudantes com deficiência intelectual no ensino regular. Em relação ao acesso à escola, as leis brasileiras garantem que todos têm direito a educação, incluindo as pessoas com deficiência intelectual. O problema

é que a permanência muitas vezes não acontece por falta de recursos adequados para contribuir com a aprendizagem desse público. Com base nas análises, se as escolas estivessem equipadas com um currículo adaptado, materiais adaptados, com espaços adequados na perspectiva da educação inclusiva, se todos os estudantes com deficiência intelectual tivessem acesso ao AEE e um suporte com uma equipe multiprofissional e professores preparados com uma formação continuada efetiva na área da educação inclusiva, acredita-se que o processo de aprendizagem desses estudantes teria o sucesso esperado.

Analisando toda a pesquisa realizada, tanto a parte inicial teórica como a análise dos conteúdos dos trabalhos selecionados, pude perceber que é possível desenvolver estratégias didático-pedagógicas na inclusão de estudantes com deficiência intelectual, pude reconhecer nas dissertações e artigos que os professores, por mais que não se sintam preparados, enfrentando vários desafios, se mostram dispostos a fazer o que podem para contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Em relação ao objetivo principal desta pesquisa, considero que foi alcançado, pois as estratégias utilizadas pelos professores do Ensino Fundamental na inclusão de estudantes com deficiência intelectual foram identificadas e tem surtido efeito positivo na maior parte dos relatos, ainda que não seja da forma ideal, mas da forma que tem sido possível realizar. Sabemos que há muito que se melhorar, mas na medida do possível a inclusão escolar desse público está acontecendo.

Diante do exposto, com base na pesquisa realizada, concluo que é necessário abranger as práticas pedagógicas realizadas nas escolas, afim de alcançar com maior número de possibilidades, o estudante com deficiência intelectual, que seja ofertado a ele atividades que o possibilite se desenvolver de forma plena e que realmente contribua no seu processo de aprendizagem. Que este aluno encontre acolhimento e empatia no ambiente escolar, que ele seja respeitado nas suas especificidades e seja um sujeito ativo nas suas aprendizagens.

A luta pela educação inclusiva continua. Por uma formação continuada efetiva, por recursos necessários para a inclusão, por mais AEEs nas escolas regulares, por mais políticas públicas. E por mais pesquisas nesta área da educação, pois a cada dia o mundo evolui e as pesquisas na área da educação inclusiva também não podem parar.

REFERÊNCIAS

- AAIDD, Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento. Definição de Critérios para Deficiência Intelectual. 2021. Acesso em: 17 jul. 2023. <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition>
- ALMEIDA, Flavio Aparecido de. A inclusão de alunos com deficiência intelectual na Rede Regular de Ensino. 2018
- AMORIM, Daiane e SANTOS, Viviane Brás dos. Experiências de docentes na educação de crianças com deficiência intelectual em uma escola do município de Itiúba-BA. 2022.
- ANDRADE, Maria da Conceição Aparecida. Práticas pedagógicas com crianças em situação de deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental. Dissertação Universidade Federal de Ouro Preto. 2021.
- BERTOLDE, Fabricia Zanelato; LARCHERT, Jeanes Martins. Alunos com deficiência no ensino regular: matrícula e prática docente. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1988.
- BRASIL. Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP/MEC, 2008.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 1 e setembro de 2001, Brasília: 2001.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação. Brasília, DF, 2 out. 2009.
- CARVALHO, M. do Carmo B.; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras a aprendizagem – Educação Inclusiva. Porto Alegre, Ed. Mediação. 2007.

CIRINO, Roseneide M. Batista e BRONDANI, Victória Laguna. A aprendizagem de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais: uma revisão sistemática. 2022.

COSTA, Roberta Mendes da Silva. Estratégias e recursos de mediação pedagógica para um estudante com deficiência intelectual no primeiro ciclo do Ensino Fundamenta. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FREITAS, Lêda Gonçalves de; SILVA, Carla Cristie de França; FUKUDA, Cláudia Cristina e NETO, Gustavo Francisco. Práticas pedagógicas na educação inclusiva: revisão sistemática. 2021.

GALICIANI, Gabriella Giovanna; CUSTÓDIO, Thais Paes e SILVA, Milene Bartolomei. Estratégias pedagógicas de intervenções para crianças com deficiência intelectual AEE. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & Educação Especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Revista educação: Santa Maria, v.32, n.2, 2007.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Educacional 2022. Divulgação dos resultados. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, 2023. Acesso em 01 jul. 2023.

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes... [et al.] Deficiência Mental. MEC/SEESP (Série Atendimento educacional especializado), São Paulo: 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Égler, Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. Vozes, v.1, p. 29-41. Petrópolis: 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA editora, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Org.). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006

MENDES, E.G; VILARONGA, C.A.R; ZERBATO, A.P. Ensino Colaborativo como Apoio à Inclusão Escolar: Unindo esforços entre a educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 160 p.

MENDES, Wanessa de Souza Amaral e BENÍCIO, Edgard Ricardo. A importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual. 2022.

MILANEZ, S. G. C., OLIVEIRA, A. A., MISQUIATI, A. R. N. Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MILANEZ, Simone Ghendini Costa. Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva. In: OLIVEIRA, A.A.S e (Orgs.) Inclusão escolar: As contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe, Editora, 2008.

MIRANDA, M.J.C. Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

MOLINA, Cristiane de Souza. Inclusão de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular. 2021.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. Construindo o Serviço Social, n.16, p.59-87, 2006.

MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. Porto Alegre: E.P.U., 2004.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

NOZI, Gislaine Semcovici e VITALIANO, Célia Regina. O Processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades. 2020.

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu; ABREU, Cristiana Silva de; BRAUNA, Mayara Priscila; OLIVEIRA, Neuzenir Silva de Abreu; OLIVEIRA, Santino de. Educação Especial: os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 18, 17 de maio de 2022.

OMS. Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. Montreal, Canadá, 4-6 outubro 2004.

PEREIRA, Dayane Correia. Educação inclusiva e prática educacional do professor dos anos iniciais do ensino fundamental: uma revisão sistemática de pesquisas de 2009 a 2020. Dissertação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2021.

PEREIRA, Rodrigo Roncato. O Papel da variação do número de cópias genômicas no fenótipo clínico de deficiência intelectual em uma coorte retrospectiva da rede pública de saúde do Estado de Goiás. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em Biologia) - Programa de Pós-graduação em Biologia (ICB) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PIMENTEL, S. C. Práticas educacionais inclusivas: com a palavra atores sociais da educação na Bahia. Curitiba: CRV, 2022.

ROSA, Gigliana Maitê da. Alfabetização de alunos com deficiência intelectual no ensino comum: um estudo sobre as práticas pedagógicas. TCC, Universidade Federal de Santa Maria. 2021.

SANTOS, Adriana Hellen Lima dos. Escolarização do aluno com deficiência intelectual: escolha de caminhos pedagógicos. Dissertação, Universidade de Taubaté. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SILVA, E.L. da; MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.